



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO
ANA VITÓRIA GOMES LOUREIRO SANTOS

ACESSIBILIDADE NAS POUSADAS DE OURO PRETO:

Reflexões dos autores do turismo e o transtorno do espectro autista (TEA)

OURO PRETO

Outubro/2022

ANA VITÓRIA GOMES LOUREIRO SANTOS

ACESSIBILIDADE NAS POUSADAS DE OURO PRETO:

Reflexões dos autores do turismo e o transtorno do espectro autista (TEA)

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da
Universidade Federal de Ouro Preto, como
requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Turismo.

Orientadora: Prof^a Dr^a Kerley dos Santos Alves

Ouro Preto
Outubro/2022

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

S237a Santos, Ana Vitoria Gomes Loureiro.

Acessibilidade nas pousadas de Ouro Preto [manuscrito]: reflexões dos atores do turismo e o transtorno do espectro autista (tea). / Ana Vitoria Gomes Loureiro Santos. - 2022.

60 f.: il.: , gráf., tab..

Orientadora: Profa. Dra. Kerley dos Santos Alves.

Coorientadora: Profa. Ma. Raissa de Keller e Costa.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Direito, Turismo e Museologia. Graduação em Turismo .

1. Acessibilidade - Autismo. 2. Turismo. 3. Acessibilidade. 4. Ouro Preto (MG). 5. Pousadas. I. Alves, Kerley dos Santos. II. Costa, Raissa de Keller e. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 338.48

Bibliotecário(a) Responsável: Maristela Sanches Lima Mesquita - CRB-1716



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
ESCOLA DE DIREITO, TURISMO E MUSEOLOGIA
DEPARTAMENTO DE TURISMO



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Vitória Gomes Loureiro Santos

Acessibilidade nas pousadas de Ouro Preto (MG): reflexões dos atores do turismo e o transtorno do espectro autista (TEA)

Monografia apresentada ao Curso de Turismo da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Turismo

Aprovada em 01 de novembro de 2022

Membros da banca

Dra. Kerley dos Santos Alves - Orientadora (Universidade Federal de Ouro Preto)
Me. Raíssa de Keller e Costa - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Dra. Suzana Fernandes de Paula - (Universidade Federal de Ouro Preto)
Esp. Eberte Moura Bretas - (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Ouro Preto)

Kerley dos Santos Alves, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 21/12/2022



Documento assinado eletronicamente por **Kerley dos Santos Alves, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 21/12/2022, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0449668** e o código CRC **C2888062**.

Dedico este trabalho à minha família por todo incentivo, apoio e confiança que sempre tiveram em mim e à Kerley e Raíssa por todo auxílio e contribuição.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Universidade Federal de Ouro Preto por me proporcionar um serviço público, gratuito e de qualidade e por todas as experiências extra-curriculares que ela pode me oferecer.

Agradeço à minha orientadora Prof^a Kerley e à minha co-orientadora Prof^a Raíssa por não medirem esforços para que esse trabalho pudesse acontecer da melhor maneira.

À minha família Gomes, por me dar todo suporte mesmo com mais de 600 km de distância.

À minha família República Pecado Original, por todo aconchego e lar e por terem feito desses 4 anos os melhores anos da minha vida.

Por fim, agradeço a todos que passaram por mim nessa graduação e que depositaram fé e esperança para que enfim, eu me torne turismóloga.

“Todo mundo tem seu jeito singular/ De crescer,
aparecer e se manifestar.”

Adilson Xavier e Vinicius Castro, 2013.

RESUMO

O trabalho tem como objetivo analisar a relação entre as pousadas de Ouro Preto e o autismo, fazendo uma ligação direta com o turismo. Dessa maneira, foi realizada pesquisa bibliográfica que contempla os conceitos de autismo, turismo, meios de hospedagem, psicopedagogia e acessibilidade. A pesquisa empírica foi realizada por meio de aplicação de questionário com amostra não probabilística em pousadas de Ouro Preto (MG) e entrevistas não estruturadas com pessoas com espectro autista. A análise dos resultados quantitativos e qualitativos foi realizada com o intuito de compreender a situação dos autistas enquanto turistas em uma cidade que tem como uma das principais economias a atividade turística. O texto foi dividido em três capítulos para promover ao leitor uma análise geral com base nos conhecimentos aplicados de forma que seja possível perceber as relações, destacadas nas considerações finais. A pesquisa considera que não há informações ou recursos disponíveis para garantir a acessibilidade de autistas nas pousadas em Ouro Preto. E, ainda, que deve-se planejar e incentivar que haja medidas plausíveis de acessibilidade e adaptabilidade, seja na hora do check-in ou até mesmo durante a hospedagem do autista.

Palavras-chave: autismo; turismo; acessibilidade; Ouro Preto; pousadas.

ABSTRACT

This article aims to analyze the relationship between the pousadas of Ouro Preto and autism, making a direct connection with tourism. In this way, a bibliographic research was carried out that contemplates the concepts of autism, tourism, means of accommodation, psychopedagogy and accessibility. The empirical research was carried out through the application of a questionnaire with a non-probabilistic sample in inns in Ouro Preto (MG) and unstructured interviews with people with autistic spectrum. The analysis of the quantitative and qualitative results was carried out in order to understand the situation of autistics as tourists in a city that has tourism as one of the main economies. The text was divided into three chapters to provide the reader with a general analysis based on applied knowledge so that it is possible to perceive the relationships, highlighted in the final considerations. The research considers that there is no information or resources available to guarantee the accessibility of autistic people in the inns in Ouro Preto. Furthermore, it should be planned and encouraged that there are plausible measures of accessibility and adaptability, whether at check-in or even during the autistic person's stay.

Key words: autism; tourism; accessibility; Ouro Preto; lodges.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Esquema relacionado à inclusão social e suas áreas de atuação.....	26
Figura 02: Recorte das pousadas ouropretanas selecionadas para a pesquisa.....	34

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01: Capacidade total da pousada (hóspedes).....	36
Gráfico 02: Estruturas acessíveis nas pousadas de Ouro Preto.....	37
Gráfico 03: Hospedagem para Pessoas com Deficiência.....	38
Gráfico 04: Tipos de deficiências.....	38
Gráfico 05: Relação entre pousadas e o conhecimento do TEA.....	39
Gráfico 06: Relação entre pousadas e hospedagem de autistas.....	39

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Critério diagnóstico para distúrbio autista.....	18
Quadro 02: Tipologias dos meios de hospedagens no Brasil.....	30
Quadro 03: Características do turismo.....	32
Quadro 04: Relação entre bairros e quantidade de pousadas que responderam.....	35

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Associação Americana de Psiquiatria
BDTD	Banco de Teses e Dissertações
CADASTUR	Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos
CAPSi	Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil
CIPTEA	Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MG	Minas Gerais
MH	Meio de Hospedagem
ONU	Organização das Nações Unidas
PCD	Pessoa com Deficiência
SUS	Sistema Único de Saúde
TDAH	Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TGD	Transtornos Globais de Desenvolvimento
TLCE	Termo de Livre Consentimento e Esclarecido
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura

SUMÁRIO

Considerações iniciais.....	14
Capítulo 1 - Transtorno do Espectro Autista e suas relações	16
1.1 Autismo: contexto histórico e diagnóstico.....	16
1.2 O que a lei diz sobre acessibilidade?.....	20
1.3 TEA, acessibilidade e sociedade.....	23
Capítulo 2 - Turismo, psicopedagogia e inclusão social.....	25
2.1 Inclusão social: formulação de conceito.....	25
2.2 Autismo e turismo: uma análise psicopedagógica.....	27
2.3 Autismo e turismo: meios de hospedagens.....	30
Capítulo 3 - Ouro Preto: Pousadas e Autismo.....	34
3.1 Entrevista com as pousadas ouropretanas.....	34
3.1.1 Informações gerais.....	35
3.1.2 Recepção e atendimento.....	36
3.1.3 Acessibilidade e hospitalidade.....	37
3.1.4 Transtorno do Espectro Autista (TEA).....	39
3.1.5 Acessibilidade e autismo nas pousadas.....	40
3.2 Turismo e autismo: uma perspectiva de quem vive.....	41
Considerações finais.....	45
Referências bibliográficas.....	47
Anexo 01 - Entrevista com Iasmin (nome fictício)	53
Anexo 02 - Entrevista com Douglas (nome fictício).....	56
Anexo 03 - Lei Nº 13.977: Alteração das leis que protegem os autistas	58

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Muito se discute acerca da acessibilidade, mas o que é de fato ser acessível? De acordo com Sasaki (2009), essa questão foi inicialmente pensada nos anos 1950, internacionalmente. Foi quando profissionais de reabilitação, hoje chamados de fisioterapeutas, notaram barreiras que bloqueavam ou reduziam a locomoção das pessoas com deficiência em espaços físicos. Entretanto, ser acessível não se aplica apenas para pessoas com deficiências físicas; é necessário pensar em um todo incluindo todas as diferenças, sejam elas, intelectual, social, econômica e assim por diante.

Partindo desse princípio, a psicologia também se relaciona com a acessibilidade, uma vez que pessoas diagnosticadas com determinados transtornos psicológicos podem ser caracterizadas como pessoas com deficiência; um desses grupos é o de autistas. O autismo é encarado muitas vezes como “loucura” ou falta de apoio familiar, entretanto, a partir dessa pesquisa será possível compreender seu diagnóstico, seu contexto social e medidas de acessibilidade para eles.

Tendo a falta de discussão acerca do tema acessibilidade nos meios de hospedagem de Ouro Preto para pessoas com Transtorno do Espectro Autista como hipótese, acredita-se que esse assunto foi negligenciado e subestimado por grande parte dos estudantes, profissionais e pelas políticas públicas do turismo. Sendo assim, deve ser pensada uma nova forma de se fazer turismo, analisando a acessibilidade e a inserção das Pessoas com Deficiência (PCD's) nesse espaço, em especial nessa pesquisa, pessoas autistas.

Além disso, há o interesse pessoal e profissional da autora que, por estagiar em um meio de hospedagem, observa a falta de informação e capacitação dos profissionais da área. Essa escassez gira em torno da negligência, da falta de recursos ou da carência de informações? No Brasil, por exemplo, na plataforma Banco de Teses e Dissertações (BDTD) foram encontrados três artigos que se referem à “autismo e turismo” em uma pesquisa realizada em outubro de 2022.

Esse trabalho tem por objetivo geral investigar a acessibilidade nas pousadas localizadas na região central de Ouro Preto dando enfoque para o grupo em questão. Além

disso: compreender o Transtorno do Espectro Autista; caracterizar as formas de acessibilidade psicossocial para esse grupo; identificar a relação entre acessibilidade, psicopedagogia e turismo tendo como principal foco os meios de hospedagem; e, por fim analisar as práticas acessíveis nas pousadas ouro-pretanas para o atendimento de pessoas autistas e como isso pode ser melhorado e aplicável.

A divisão dos capítulos foi feita partindo de um princípio contínuo. O primeiro capítulo intitulado de “Transtorno do Espectro Autista e suas relações” aborda o autismo como um todo, diagnóstico, como a lei protege os direitos dessas pessoas, e o início da reflexão acerca da acessibilidade social. Já o segundo capítulo se refere ao turismo, formas de se pensar o turismo psicopedagógico para autistas e a importância dos meios de hospedagem para a atividade socioeconômica, além de identificar as principais características para o conceito que envolve o turismo.

A partir disso, a pesquisa conta com uma referência bibliográfica que se aplica em todo o texto. Partindo para a pesquisa de campo, utiliza-se tanto da pesquisa quantitativa quanto qualitativa. A primeira se refere às pousadas de Ouro Preto, em que foi aplicado um questionário pelo Google Forms que consta com respostas diretas de 09 pousadas localizadas na região central de Ouro Preto (bairros Barra, Centro, Antônio Dias, Lajes e Rosário). Já a pesquisa quantitativa, foi realizada a partir de entrevistas pelo Google Meet com 02 autistas que relataram acerca das suas experiências em viagens e em meios de hospedagem e algumas reflexões sobre como deixar o espaço e o turismo mais acessível. Todas essas informações estão no terceiro capítulo.

1. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA E SUAS RELAÇÕES

O capítulo aborda o Transtorno do Espectro Autista e suas relações adjacentes. Ele foi dividido em três subitens a fim de facilitar a compreensão do leitor em cada tópico específico. Para se compreender o autismo, se faz necessário um contexto histórico acerca dos estudos sobre o tema e sobre a evolução de seu diagnóstico com uma linha do tempo que parte de Kanner (1943) até os dias atuais (2022): isso é o que narra o tópico 1.1 Autismo: contexto histórico e diagnóstico, tendo como principais autores Kanner (1943), Oliveira (2009) e Klin (2006). Passando para o tópico 1.2: Legislação brasileira que irá abordar sobre as leis que resguardam o direito do autista e sua acessibilidade, tendo em vista que pessoas diagnosticadas com TEA também são Pessoas com Deficiência (PCD), tendo como base bibliográfica o Diário Oficial da União e suas leis federais, Leopoldino (2015) e Leopoldino e Coelho (2017) . Por fim, no subitem 1.3: TEA, acessibilidade e sociedade, irá discorrer sobre a modernidade líquida expressa por Bauman, como a fluidez da sociedade influencia no tratamento com os autistas e de qual maneira deve ser feita a inclusão destes, excluindo o preconceito, a discriminação e inserindo a acessibilidade e aceitação.

1.1 Autismo: contexto histórico e diagnóstico

Para compreender o Transtorno do Espectro Autista (TEA) dentro de uma perspectiva psiquiátrica, faz-se necessário o entendimento histórico do TEA, além do seu contexto social estudado em determinadas épocas. O autismo tem sua definição como um transtorno complexo, que se apresenta em diversos graus de gravidade (GADIA, 2006). Segundo Oliveira (2009), o termo autismo vem das palavras ‘autos’, que significa próprio, e, ‘ismo’ que traduz um estado de reclusão, ou seja, é como se a pessoa ficasse reclusa em si própria.

O início do autismo em literatura médica foi dado por Eugen Bleuler, em 1911, e caracterizava pessoas que tinham dificuldade em se relacionar fora do seu ciclo, na fala e no comportamento, e se isolavam socialmente (OLIVEIRA, 2009). Entretanto, o primeiro estudo prático sobre o transtorno foi descrito por Leo Kanner, um psiquiatra austríaco naturalizado norte-americano, em 1943. Em seu livro, “*Distúrbios autísticos do contato afetivo*”, Kanner faz um estudo sobre 11 crianças entre 2 a 11 anos de idade que tinham comportamentos cognitivos que se diferenciavam dos demais, tais como: hábitos de movimentos rígidos;

resistência à mudança ou persistência na monotonia; e, aspectos inusitados de comunicação entre as crianças, como inversão dos pronomes e comportamento de repetição da fala, chamado de ecolalia. Após um ano, em 1944, o psiquiatra Hans Asperger, realizou um estudo semelhante ao de Kanner, como detalha Stelzer (2010), que também menciona a maneira com a qual Asperger organizou o experimento de maneira autônoma, sem conhecimento da obra de Kanner.

De acordo com Klin (2006), durante as décadas de 1950 e 1960 o autismo não tinha uma causa específica e pouco se sabia sobre o transtorno, sendo confundido muitas vezes com casos de esquizofrenia e psicose infantil. Além disso, culpabilizava os pais pela etiologia do transtorno - a famosa teoria “mãe geladeira”. Em 1952, a Associação Americana de Psiquiatria (APA) lançou o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que teve sua primeira edição sem algo explícito acerca do autismo e, em 1978, houve uma classificação da definição do autismo feita por Michael Rutter, que era composta por quatro critérios: a) atraso e desvio social; b) dificuldades de comunicação; c) hábitos incomuns e d) diagnóstico antes dos 3 anos de idade.

Retomando o DSM, o conceito, de fato, foi aparecer em sua terceira edição lançada em 1980, que listava o autismo infantil na categoria Transtorno Globais de Desenvolvimento (TGD). Somente em 1987, em sua revisão - chamada de DSM-III-R - é que foi abordado o termo Transtorno Autista e seus critérios de diagnósticos necessários (GRANDIN; PANEK, 2015). Em 2002, foi lançado o DSM-IV que consolidava o autismo como TGD e caracterizava esses transtornos em três áreas de desenvolvimento: “habilidades de comunicação; presença de comportamentos, interesses e atividades estereotipadas, e habilidades de interação social recíproca” (ONZI, GOMES, 2015, p. 191).

Em 2002, foi lançado o DSM-V, utilizado nos dias atuais, que tem uma seção específica para Transtornos do Neurodesenvolvimento, tais como, o transtorno do espectro autista, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH), transtorno do desenvolvimento intelectual, transtorno da comunicação, e assim por diante. Nele, é possível perceber que os transtornos do neurodesenvolvimento, na maioria das vezes, interagem entre si: um exemplo, muitas pessoas com TEA também têm TDAH. Foi, também, no DSM-V que o autismo foi classificado em graus de gravidade, sendo eles: nível 1) pouco apoio, 2)

exigindo apoio substancial e 3) exigindo muito apoio substancial. Na tabela 01 é possível observar os critérios de diagnóstico apontados pelo DSM-V.

Quadro 1 - Critério diagnóstico para distúrbio autista

Fator de diagnóstico	Características
Déficits ocorrentes na comunicação e interação social.	Déficits na reciprocidade socioemocional, variando, por exemplo, de abordagem social anormal e dificuldade para estabelecer uma conversa normal a compartilhamento reduzido de interesses, emoções ou afeto, a dificuldade para iniciar ou responder a interações sociais. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual; e, ainda, linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal. Déficits nos comportamentos comunicativos não verbais usados para interação social, variando, por exemplo, de comunicação verbal e não verbal pouco integrada a anormalidade no contato visual; e, ainda, linguagem corporal ou déficits na compreensão e uso gestos a ausência total de expressões faciais e comunicação não verbal.

Padrões repetitivos de comportamento, interesses ou atividades, conforme manifestado por pelo menos dois dos seguintes, atualmente ou por história prévia.	Movimentos motores, uso de objetos ou fala estereotipados ou repetitivos; Insistência nas mesmas coisas, adesão inflexível a rotinas ou padrões ritualizados de comportamento verbal ou não verbal; Interesses fixos e altamente restritos que são anormais em intensidade ou foco; Hiper ou hiporreatividade a estímulos sensoriais ou interesse incomum por aspectos sensoriais do ambiente.
Os sintomas devem estar presentes precocemente no período do desenvolvimento.	-
Os sintomas causam prejuízo clinicamente significativo no funcionamento social, profissional ou em outras áreas importantes da vida do indivíduo no presente.	-

Fonte: Manual de Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - 5ª edição, 2002

Além de descrever sobre as características diagnósticas, a seção do DSM-V (2002, p. 56-57) também discorre sobre alguns fatores e fatos importantes para o entendimento do TEA:

- Prevalência: nos anos próximos a 2002, a taxa de pessoas autistas nos Estados Unidos e em outros países alcançou 1% da população;
- Desenvolvimento e curso: normalmente, os primeiros sintomas de TEA surgem no segundo ano de vida - dos 12 aos 24 meses de idade;
- Fatores de risco e prognóstico: uma variedade de fatores inconclusivos podem contribuir para o desenvolvimento do TEA, como idade paterna avançada, baixo peso ao nascer ou exposição fetal ao ácido valpróico. Além disso, os casos de herdabilidade para o transtorno variam de 37% podendo chegar a 90% com base na concordância entre gêmeos;
- Questões diagnósticas relativas à cultura: essa relação está ligada a normas de interação social, linguagem e comportamento, juntamente com os fatores

socioeconômicos e culturais que podem influenciar no diagnóstico tardio do autismo;

- Questões diagnósticas relativas ao gênero: o TEA é diagnosticado quatro vezes mais frequentemente no sexo masculino do que no feminino.

A partir disso, os estudos acerca do autismo e também sua discussão para inclusão foram crescendo cada vez mais, dentro dos espaços médicos, psicológicos, pedagógicos e sociais. Em 18 de dezembro de 2007, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o dia 2 de abril como Dia Mundial do Autismo, que tem por objetivo principal conscientizar a população para o TEA, na tentativa de diminuir o preconceito. Nessa data, diversos pontos turísticos ao redor do mundo ficam iluminados na cor azul e seguem determinado lema; o de 2022 é “Lugar de Autista é em todo lugar” (CANAL AUTISMO, 2022). Mas será que de fato, há alguma maneira de conscientização da sociedade no que tange à legislação? É o que o próximo subitem irá se deslindar.

1.2 O que a lei diz sobre a acessibilidade?

A compreensão acerca da legislação existente no Brasil e as iniciativas governamentais para o público autista iniciou-se de forma tardia. Isso porque as políticas públicas para inclusão de pessoas diagnosticadas com o transtorno foram implantadas após diversos anos de discussões e debates entre instituições públicas e privadas (OLIVEIRA, FELDMAN, COUTO, LIMA, 2017).

Para se falar em legislação específica para pessoas autistas, é importante ressaltar que pessoas com TEA têm seus direitos resguardados pela Constituição Federal de 1988 e outras leis nacionais, assim como qualquer cidadão brasileiro. Além disso, crianças e adolescentes autistas são resguardados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) previstos na Lei nº 8.069/90 e idosos autistas têm o Estatuto do Idoso, decretado na Lei nº 10.741/03 (BRASIL).

Como mencionado anteriormente, as leis específicas para o público autista foram criadas de forma tardia em relação às normativas específicas para a acessibilidade, sendo a Lei nº 12.764/12, conhecida como Lei Berenice Piana, a pioneira nesse aspecto. Em seu art. 1º, § 2º prevê que: “A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com

deficiência, para todos os efeitos legais” (BRASIL, 2012). Sendo assim, todos os direitos resguardados pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LEI nº 13.146/15) também asseguram os direitos dos autistas. Além disso, a Lei Berenice Piana regulamenta:

Art. 4º A pessoa com transtorno do espectro autista não será submetida a tratamento desumano ou degradante, não será privada de sua liberdade ou do convívio familiar nem sofrerá discriminação por motivo da deficiência.

Parágrafo único. Nos casos de necessidade de internação médica em unidades especializadas.

Art. 5º A pessoa com transtorno do espectro autista não será impedida de participar de planos privados de assistência à saúde em razão de sua condição de pessoa com deficiência.

Art. 7º O gestor escolar, ou autoridade competente, que recusar a matrícula de aluno com transtorno do espectro autista, ou qualquer outro tipo de deficiência, será punido com multa de 3 (três) a 20 (vinte) salários-mínimos.

§ 1º Em caso de reincidência, apurada por processo administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa, haverá a perda do cargo (BRASIL, 2012).

Além das legislações mencionadas, em 8 de janeiro de 2020, o presidente Jair Messias Bolsonaro sancionou a Lei nº 13.977 que alterou a Lei Berenice Piana. Nela, foi criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (CIPTEA), regulamentando no seu art. 3º-A:

Art. 3º-A . É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 1º A Ciptea será expedida pelos órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante requerimento, acompanhado de relatório médico, com indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome completo, filiação, local e data de nascimento, número da carteira de identidade civil, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), tipo sanguíneo, endereço residencial completo e número de telefone do identificado;

II - fotografia no formato 3 (três) centímetros (cm) x 4 (quatro) centímetros (cm) e assinatura ou impressão digital do identificado;

III - nome completo, documento de identificação, endereço residencial, telefone e e-mail do responsável legal ou do cuidador;

IV - identificação da unidade da Federação e do órgão expedidor e assinatura do dirigente responsável.

§ 2º Nos casos em que a pessoa com transtorno do espectro autista seja imigrante detentor de visto temporário ou de autorização de residência, residente fronteiriço

ou solicitante de refúgio, deverá ser apresentada a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), com validade em todo o território nacional.

§ 3º A Ciptea terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser mantidos atualizados os dados cadastrais do identificado, e deverá ser revalidada com o mesmo número, de modo a permitir a contagem das pessoas com transtorno do espectro autista em todo o território nacional.

§ 4º Até que seja implementado o disposto no **caput** deste artigo, os órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista deverão trabalhar em conjunto com os respectivos responsáveis pela emissão de documentos de identificação, para que sejam incluídas as necessárias informações sobre o transtorno do espectro autista no Registro Geral (RG) ou, se estrangeiro, na Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou na Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), válidos em todo o território nacional (BRASIL, 2020).

Entretanto, na prática, o autista sofre com a dificuldade de inclusão em campos sociais e mercadológicos, como a inserção no mercado de trabalho e no campo acadêmico (LEOPOLDINO, COELHO, 2017). Em seu texto “Inclusão de Autistas no mercado de trabalho: uma nova questão de pesquisa”, Leopoldino discorre sobre a falta de políticas públicas e privadas para que pessoas com TEA consigam ter, de fato, o reconhecimento e aceite da sociedade. De acordo com o autor, as pessoas autistas relatam três principais problemas: a adversidade em conseguir um emprego, se consolidar nele e a alta expectativa quando comparada com seus outros concorrentes. Isso demonstra que essa situação impõe que os autistas sejam dependentes financeiramente, socialmente e academicamente da sua família, órgãos públicos e instituições privadas e sejam negados de sua liberdade e independência.

Refletindo acerca de dados sobre autistas no Brasil, a jornalista Sayonara Moreno publicou uma reportagem em 01/02/2022 intitulada: “Censo também vai levantar informações sobre autismo¹”. Nesse texto, narra a história de Gisele, mãe de um autista de 30 anos e relata a falta de políticas governamentais para a inserção do seu filho na sociedade, fora a falta de dados sobre quantas pessoas são diagnosticadas com Transtorno do Espectro Autista no Brasil. Para isso, foi sancionada a Lei 7.853/19 que exige que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pergunte sobre o autismo nos censos populacionais que acontecem de 10 em 10 anos, porém, devido a pandemia o censo de 2020 não foi realizado, sendo adiado para 2022 (IBGE). Sendo assim, não foi possível verificar se as pessoas autistas

¹ IBGE e ANEEL acertam a divulgação do Censo 2022. Censo 2022, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/33906-ibge-e-aneel-acertam-divulgacao-do-censo-2022>. Acesso em: 02 jun 2022.

de fato foram questionadas e qual o reflexo disso em relação à acessibilidade e sociedade: qual a aplicabilidade de medidas de conscientização nesse viés? O próximo subitem irá abordar sobre essa questão.

1.3 TEA, acessibilidade e sociedade

A construção das relações sociais e da identidade do indivíduo têm um papel fundamental na acessibilidade e nas expectativas socioculturais existentes no Brasil. Sendo assim, na grande maioria dos casos, a criança é colocada em um molde e deve ser criada como o padrão implícito pela sociedade (FERNANDES, LIPPO, 2013). Nesse sentido, é possível constatar que:

Começando com a noção muito geral de um grupo de indivíduos que compartilham alguns valores e aderem a um conjunto de normas sociais referentes à conduta e a atributos pessoais, pode-se chamar "destoante" a qualquer membro individual que não adere às normas, e denominar "desvio" a sua peculiaridade (GOFFMAN, 1963, p. 151).

Goffman propõe uma análise generalizada em busca de uma resposta acerca da sociedade e de pessoas com deficiência. Entretanto, partindo do pressuposto de que este artigo aborda pessoas autistas, é possível também analisar a construção da acessibilidade social a partir desse grupo específico. Anteriormente à criação do Sistema Único de Saúde (SUS), familiares de pessoas diagnosticadas com autismo já tinham a necessidade de buscar informações e medidas que poderiam tomar para a inclusão dos seus parentes dentro da sociedade. Nesse sentido, em 1983, foi criada a Associação dos Amigos dos Autistas de São Paulo (AMA-SP) e somente em 2002 foram implantados os Centros de Atenção Psicossocial Infanto-Juvenil (CAPSi). Eles tem como objetivo promover cuidados às crianças e adolescentes portadores de autismo, psicose ou qualquer outra patologia que impeça o convívio social (HONDA, 2020). A partir daí o autismo começou a ter um reconhecimento social na tentativa de incluir as pessoas dentro da sociedade.

Segundo Zygmunt Bauman (1997), a sociedade moderna está se tornando cada vez mais líquida, isto é, as relações sociais estão cada vez mais voláteis, fluídas e superficiais. Isso acaba por desqualificar movimentos e ideias importantes que são dadas como passageiras, como por exemplo, o autismo. Pode-se dizer que o pertencimento e a identidade são questões inerentes às relações humanas e de uma certa maneira, na sociedade, se tornaram assuntos voláteis, fluídos e transitórios, o que faz com que todas as relações também

se caracterizam por esses aspectos. Isso dificulta a estabilidade da identidade e da procura de um “eu” próprio e não um “eu” baseado em torno do ambiente que você está inserido (ROSSI, HUNGER, 2003).

Isso traz consequências para os ciclos sociais e é extremamente necessário que ambientes públicos e privados saibam abordar isso da melhor forma possível, como escolas, hospitais, empresas e quaisquer outros serviços que possam ser utilizados em prol da sociedade. Deve ser feita uma mudança interna entre os sistemas para que pessoas diagnosticadas com autismo possam, de fato, ter seus direitos e deveres exercidos para que deixem de ser aplicados de forma preconceituosa por ignorância social (SANTOS, 2020).

Para isso, deve-se perpassar por alguns aspectos da sociedade e da contemporaneidade, abordando o turismo de inclusão, a maneira como a inclusão social e a acessibilidade se ligam ao turismo e qual a responsabilidade da sociedade em trazer essas pessoas excluídas para conhecer o âmbito turístico, seja ele de caráter público ou privado. Essas temáticas são imprescindíveis para a compreensão da pesquisa. Sendo assim, é preciso fazer sua diferenciação, o que será abordado no próximo capítulo.

2. TURISMO, PSICOPEDAGOGIA E INCLUSÃO SOCIAL

Esse capítulo aborda acerca da inclusão social, da psicopedagogia e sua relação direta com o turismo. O capítulo é dividido em três tópicos em que cada um aborda uma característica distinta para que seja possível chegar em um consenso sobre a relação entre os conceitos. O primeiro subtópico irá abordar a formulação de conceito da inclusão social, ou seja, como foi o processo de criação desse termo e a partir de quais fatores relacionados é possível conseguir chegar a isso; são utilizadas algumas bibliografias como, Borba e Lima (2011), Lopes (2006) e Yogel (1998). Já o segundo subtópico intitulado de “Autismo e turismo: uma análise psicopedagógica” prevê a maneira que a psicopedagogia na fase infantil auxilia para a construção de um adulto e sua forma de socialização; a partir disso, serão discutidas algumas formas de ensinar e aprender com base nessa metodologia de ensino e no final do tópico fazer uma ligação com o autismo e o turismo; os principais autores desse tópico são Leda Barone (1987) e Cunha, Faria e Maranhão (2008). Para concluir o capítulo, a autora deslinda acerca da relação dos meios de hospedagem e do autismo efetivamente: quais são as classificações dos meios de hospedagem, qual a sua importância para o turismo e como ele pode impactar na vivência e hospitalidade do autista; neste tópico foram utilizadas algumas medidas governamentais propostas pelo Brasil e autores como: Aldrigui (2007), dados do Cadastur (Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos) e das próprias legislações brasileiras.

2.1 Inclusão social: formulação de conceito

Como mencionado, a acessibilidade se diferencia do acesso em diversos aspectos. Enquanto a primeira fala sobre o processo de mudança que pode ser feito no ambiente das organizações humanas para que diminua o efeito de uma deficiência (GUIMARÃES, 1998), o acesso diz respeito às formas de soluções para que essa acessibilidade seja realizada: como podemos pensar a inclusão social? Partindo desse princípio, se faz necessário a distinção e conceituação do que é essa maneira de socializar os espaços e em qual ponto ela se interliga com a acessibilidade.

Fundamentando-se no pressuposto aplicado nos dicionários, seu significado define em: Inclusão (sf) - Ato ou efeito de incluir(-se); introdução de uma coisa em outra, de um

indivíduo em um grupo etc.; inserção. Social (adj m+f) - Relativo à organização e ao comportamento do homem na sociedade ou comunidade (MICHAELIS, 2022).

De acordo com Lopes (2006), os programas sociais contemporâneos visam atingir, equivocadamente, os indivíduos excluídos que já estão no auge da sua privatização de acesso, tendo um efeito reverso e utilizando da “inclusão social” para colocar em prática suas ações. Wixey et al (2005) traz em seu texto um complemento da ideia de Lopes: o processo da inclusão social caracteriza-se pela busca da redução da desigualdade através de objetivos estabelecidos que contribuam para a renda e o aumento do emprego. Continuando na mesma linha de raciocínio, Kowarick (2003) conclui que é o sistema utilizado para incluir os segmentos que se encontram em vulnerabilidade social, sendo eles, por exemplo, a cidade, a escola, o emprego e a proteção social.

Partindo dessa analogia, em seu texto “Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia”, Borba e Lima (2011) esboçam uma figura que interliga todos os aspectos mencionados anteriormente, apresentada na figura 01.

Figura 01 - Esquema relacionado à inclusão social e suas áreas de atuação



Fonte: Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. Borba e Lima, 2011.

A partir desses dados, deve-se pensar em alguns outros conceitos e analogias que compõem a inclusão social, como por exemplo, o acesso a bens e serviços é o mesmo para todos? Somente a partir de indagações que será possível repensar um conjunto de ações que possam reestruturar a sociedade por um viés acessível. Desse modo, carece de entender e identificar os mecanismos endógenos de criação de ‘competências’ e de transformação de conhecimentos genéricos e específicos (YOGEL, 1998, p. 4).

Com base no conceito apresentado, o texto irá apresentar a sua relação direta com o autismo e de qual maneira os acessos mencionados na figura 01 podem ser atribuídos na inclusão social do autista dentro de um todo, seja ele na escola, família, hospitais e principalmente, no turismo. Esse tópico será abordado em seguida.

2.2 Autismo e turismo: uma análise psicopedagógica

Fazendo uma relação com o primeiro capítulo do texto, o autismo têm suas características, diagnósticos distintos, legislações que o protegem, além de órgãos públicos específicos para seu atendimento. Entretanto, esse tópico discorre sobre formas de inserir o autista dentro da sociedade partindo de um princípio educacional, pois acredita-se que só assim, será possível identificar as maneiras como esses indivíduos se relacionam entre si, entre os demais e dentro do âmbito turístico.

Desse modo, propõe-se pensar a psicopedagogia como instrumento necessário para a inclusão dos autistas, tendo em vista que a socialização tem seu início na fase infantil. De acordo com o dicionário Aurélio (2010), a psicopedagogia é a “aplicação da psicologia experimental à pedagogia”. Já a psicopedagoga Leda Barone (1987, p. 17) debate que o real empecilho dessa forma de aprendizagem é a “existência de pessoas normalmente desenvolvidas que não aprendem, embora colocadas numa situação normal de escolaridade”. Desse modo é possível complementar essa ideia com a fala de Edith Rubinstein (1987, p.15) que deslinda sobre o objetivo da psicopedagogia: “compreender o indivíduo enquanto aprendiz, como alguém cheio de dúvidas, fazendo escolhas e tomando decisões a cada passo do longo caminho da vida”.

Partindo desse pressuposto, Cunha, Faria e Maranhão (2008) deslindam sobre como o ambiente escolar é importante para a socialização dos autistas após o seu diagnóstico. Desta

forma, uma escola inclusiva é aquela que atende as necessidades não só físicas mas também acadêmicas de cada aluno, para que assim, ele possa se aprimorar da maneira apropriada e desencadear outras áreas de desenvolvimento, seja ele na fala, no andar, e principalmente, na socialização em seu grupo de colegas. Além disso, os autores concluem que a inclusão escolar é o primeiro passo para a inclusão social dos autistas: é lá onde eles têm o primeiro contato com pessoas de fora da sua família.

Dentro de um estudo prático da importância da psicopedagogia, o texto “Inclusão de crianças autistas: um estudo sobre interações no contexto escolar” (LEMONS, SALOMÃO, AGRIPINO-RAMOS, 2014) apresenta uma pesquisa que tem como objetivo analisar a mediação feita pelas professoras para com os alunos que apresentam o transtorno do espectro autista e também para aquelas que não o possuem. O método utilizado foi a partir de câmeras dentro das salas de aula que pudessem visualizar essa interação. Ao todo 42 crianças e 4 professoras participaram deste estudo, sendo que as pedagogas eram todas de escolas diferentes. A partir disso, foi possível analisar que:

- 1) A metodologia utilizada pelas professoras foi basicamente pelo uso de diretivos linguísticos, como uma chamada de atenção e pelo uso de toques físicos, para ajudar a se levantar ou algo do tipo;
- 2) As crianças autistas se dirigiam em comportamentos como olhar pessoas, iniciativa dirigida à ação, resposta adequada e sorriso;
- 3) Os comportamentos das crianças no espectro eram totalmente vinculados à maneira como as professoras mediarão a situação.

Nesse viés, cabe ao psicopedagogo compreender a real distinção entre os termos “ensinar” e “aprender”, mesmo estando diretamente relacionados, cada um tem sua importância na inclusão dos autistas. Cabe ao psicopedagogo ensinar aos pais, professores, funcionários e quaisquer outras pessoas do convívio atípico da mesma maneira que ele deve aprender a maneira de dialogar tanto com a criança, que está vendo o mundo de uma maneira diferente, mas também com os pais, que, como mencionado no primeiro capítulo, podem vir a entender o autismo em seus filhos como forma de castigo ou algo do tipo (ARAÚJO, ROSADO, 2018).

A partir daí, essa criança autista, que anteriormente era atendida por um psicopedagogo irá crescer, amadurecer, passar pela fase da adolescência e se descobrir. Sendo

assim, a partir do seu grau do espectro, ela fica sujeita a enfrentar alguns desafios da fase adulta, como mercado de trabalho, comunicação em família e assim por diante. Pode-se dizer também que, na fase adulta, os momentos de descontração, de rir, e de lazer estarão presentes em seu cotidiano e é aí que entra a importância do turismo relacionado à psicopedagogia.

Entende-se que a psicopedagogia, como mencionado nos parágrafos anteriores, é a maneira de adequar as diversas formas de ensino para as reais condições e necessidades do aluno. Desse modo, pode-se pensar em uma maneira alternativa de adequar as viagens às necessidades de cada indivíduo. Tal proposição de ideia seria o turismo psicopedagógico que tem como objetivo principal roteirizar a viagem do indivíduo com as suas reais necessidades e propósitos, nesse caso, como o autista aproveitaria e se sentiria confortável em algum ambiente turístico.

O turismo é considerado uma das maiores atividades sociais que trazem consigo o conceito do lazer, aprendizado, repouso e socialização. Em contrapartida, também podem ocorrer possíveis imprevistos (tempestades que não irão te deixar embarcar no vôo definido, mudança de quartos em caso de lotação máxima nos meios de hospedagem (MH) e assim por diante). Já o autismo é presumido por uma repetição e exigências que trazem consigo um preceito muito bem definido, como apontado anteriormente no primeiro capítulo. A partir disso, essas possíveis alterações na rotina trazem consequências para a vivência do autista, uma vez que, imprevistos no cotidiano podem gerar uma crise de pânico. (CALDEIRA, REGO, SILVA, SOUSA, PACHECO, MOTA, BOTELHO, 2018). Dessa forma, esses ocorridos também afetam a percepção do autista na viagem, como seria se o indivíduo chegasse no hotel e seu quarto não estivesse liberado exatamente no horário combinado? Como deve ser a organização de um serviço turístico para a recepção dessas pessoas? E como se pode adaptar o turismo para cada um de fato que cause bem estar em todos os envolvidos?

Como mencionado, o turismo não é algo que se pode colocar em uma caixinha e seguir um padrão. Cada turista é um e cada viagem também é uma. Suzana Santos Campos propõe em sua aula 09² “Formas de turismo e segmentação do mercado turístico”, ministrada na e-Tec Brasil que tem por objetivo viabilizar os canais de educação gratuitos no país.

² CAMPOS, Suzana Santos. Aula 9: Turismo e Segmentação do mercado turístico. e-Tec Brasil, 2016. Disponível em: http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/606/Aula_09_Pdf_Plataforma.pdf?sequence=9&isAllowed=y. Acesso em 15 outubro 2022.

Portanto, essa nova maneira de se pensar em turismo e se pensar em viajar para algum destino de uma maneira inovadora será discutida no próximo subitem, associado também à importância dos meios de hospedagem para a acessibilidade e vivência do autismo em sua viagem.

2.3 Autismo, turismo e meios de hospedagem

O tópico anterior discorreu acerca da importância de uma educação inclusiva para o crescimento do autista e suas possíveis atividades do cotidiano, como socialização, mercado de trabalho, lazer e turismo. Inicialmente, deve-se pensar no conceito de turismo, seus segmentos e a importância de cada um para a acessibilidade do hóspede. Nesse caso, a questão abordada será a dos meios de hospedagem: quais são suas relações com o turismo, suas diferenças e formas de atuação na hospitalidade do turista, principalmente no que tange às pousadas da região de Ouro Preto (MG).

A cidade fundada em 1698³ conta com uma vasta coleção de eventos históricos importantes para a formação da identidade brasileira. Foi escolhida para capital da capitania de Minas Gerais em 1720 e também sede do revolucionário processo da Inconfidência Mineira. A antiga capital manteve seus monumentos históricos e em 1933 foi elevada a Patrimônio Nacional. Em 1980, na quarta sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO, Ouro Preto foi tombado como Patrimônio Cultural da Humanidade. A cidade hoje conta com uma população de 74.558 habitantes⁴ (IBGE/2020) e recebe aproximadamente 500 mil turistas por ano.⁵

Como cidade turística brasileira, segue o método de classificação de Meios de Hospedagem que entrou em vigor no ano de 2002. Porém, devido a sua baixa adesão, o Ministério do Turismo apresentou sua nova versão em que os MH's são divididos em:

Quadro 02 - Tipologias dos meios de hospedagens no Brasil

Meio de Hospedagem	Características
--------------------	-----------------

³ BOHRER, Alex. História. Prefeitura de Ouro Preto. Disponível em: <<https://ouopreto.mg.gov.br/historia>> . Acesso em 15 outubro 2022.

⁴ Informações gerais. Prefeitura de Ouro Preto. Disponível em: <<https://ouopreto.mg.gov.br/informacoes-gerais>>. Acesso em 15 outubro 2022.

⁵ Cresce o número de visitantes na cidade de Ouro Preto. Ouro Preto. Disponível em: <<http://www.ouopreto.com.br/noticia/2792/cresce-o-numero-de-visitantes-na-cidade-de-ouro-preto>>. Acesso em 15 outubro 2022.

Hotel	Estabelecimento com serviço de recepção, alojamento temporário, com ou sem alimentação, ofertados em unidades individuais e de uso exclusivo dos hóspedes, mediante cobrança de diária
Resort	Hotel com infraestrutura de lazer e entretenimento que disponha de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento
Hotel fazenda	Localizado em ambiente rural, dotado de exploração agropecuária, que ofereça entretenimento e vivência do campo
Cama e café	Hospedagem em residência com no máximo três unidades habitacionais para uso turístico, com serviços de café da manhã e limpeza, na qual o possuidor do estabelecimento resida
Hotel histórico	Instalado em edificação preservada em sua forma original ou restaurada, ou ainda que tenha sido palco de fatos histórico-culturais de importância reconhecida
Pousada	Empreendimento de característica horizontal, composto de no máximo 30 unidades habitacionais e 90 leitos, com serviços de recepção, alimentação e alojamento temporário, podendo ser em um prédio único com até três pavimentos, ou contar com chalés ou bangalôs
Flat/apart hotel	Constituído por unidades habitacionais que disponham de dormitório, banheiro, sala e cozinha equipada, em edifício com administração e comercialização integradas, que possua serviço de recepção, limpeza e arrumação

Fonte: Ministério do Turismo (2011).

Ao fazer sua relação direta com o turismo, pode-se dizer que os meios de hospedagem são um fator fundamental para essa atividade, tendo em vista que sem lugar para descansar, o turista não consegue ficar na localidade e em detrimento disso, não faz o uso do turismo e da economia local como deveria (ALDRIGUI, 2007).

Em seu livro “Meios de hospedagem”, Aldrigui (2007) discorre sobre alguns conceitos para se pensar o turismo a partir dos meios de hospedagem e como a prestação de serviço deve acontecer: intangibilidade, simultaneidade, perecibilidade e residualidade. Na tabela abaixo é possível analisar os conceitos e identificar suas concepções.

Quadro 03 - Características do turismo

NOME	SIGNIFICADO	EXEMPLO
Intangibilidade	O produto turístico não pode ser tocado. É uma experiência.	Sensações de hospitalidade sentida pelos prestadores de serviço, como recepcionista, camareira e assim por diante.
Simultaneidade	O serviço só aparece na presença do consumidor.	Ainda que tenha feito sua reserva com antecedência, o turista só terá seu serviço a partir do momento em que se hospedar.
Perecibilidade	Não é possível estocar a hospedagem.	Cama vazia é um prejuízo não reembolsável. Cabe ao dono do meio de hospedagem se atentar à sazonalidade e às maneiras de levar o negócio adiante.
Residualidade	O serviço não deixa nada a não ser uma experiência.	Não é possível fazer uma troca, como uma roupa por exemplo, caso o produto não tenha te agradado e atingido suas expectativas.

Fonte: Livro “Meios de Hospedagem” de Mariana Aldrigui, 2007. Adaptado pela autora, em 2022.

Partindo desses conceitos e fazendo a junção de todos, é possível pensar que não há sentido em um meio de hospedagem sem acessibilidade, uma vez que a prestação de serviço influencia em todos os aspectos citados. Um hóspede terá uma verdadeira boa experiência em uma pousada, por exemplo, com um quarto limpo (que ele vai perceber apenas quando chegar ao seu destino, ou seja, simultaneidade), uma comunicação efetiva (intangibilidade), a organização da pousada relacionada a seus quartos (perecibilidade) e a melhor experiência que ele possa ter (residualidade).

Partindo dessa percepção e em detrimento de todas as exposições do texto, deve-se pensar se o autista quando realiza uma viagem, de fato, tem todas as 04 características bem definidas e preparadas? Há informações suficientes para hospedar autistas? Há uma comunicação efetiva? Há uma organização da pousada em relação aos quartos, mas também à rotina? E como a experiência do autista e da sua família deve ser dada, como a hospitalidade com eles deve ser realizada?

A partir desses pontos, e trazendo para um contexto municipal, Ouro Preto (MG) tem no Cadastur apenas 18 meios de hospedagem, sendo que 05 deles estão localizados em alguns de seus distritos (Cachoeira do Campo, Lavras Novas e Santo Antônio do Leite). Em contrapartida, na plataforma *Booking*, Ouro Preto contém 137 meios de hospedagens disponíveis para turistas, sendo 39 caracterizadas como pousadas. Em detrimento dessa instabilidade, a pesquisa aconteceu baseada em dados do Google Maps, buscando pousadas ao redor do centro histórico de Ouro Preto e questionando sobre a hospitalidade, relação com o autismo e novas maneiras de se pensar o turismo. Todas essas questões serão respondidas no próximo capítulo.

3. OURO PRETO: POUSADAS E AUTISMO

Esse capítulo propõe uma análise e reflexão prática de como a acessibilidade para autistas se desenvolve no âmbito turístico de Ouro Preto. Inicialmente, será abordada uma pesquisa quantitativa nas pousadas da cidade, em que são questionados aspectos gerais, de recepção e por fim, acessibilidade. Nota-se que não foram todas as pousadas que estavam no recorte que de fato participaram efetivamente da pesquisa: elas foram contactadas tanto por telefone quanto por e-mail três vezes, e devido ao prazo de resposta para finalização da tese, não conseguiram responder. A partir disso, tem-se uma análise não probabilística já que não houve 100% de respostas. Partindo desse ponto, o capítulo além de visualizar as pousadas, também traz uma pesquisa feita de forma qualitativa, em forma de conversa com autistas que já tiveram situações de viagens, não necessariamente em Ouro Preto e que puderam de alguma maneira, relatar, conversar e analisar como medidas acessíveis podem ser implantadas para que a acessibilidade de autistas sejam de fato concretizadas no município.

3.1 Entrevista com as pousadas de Ouro Preto

A fim de investigar a acessibilidade nas pousadas de Ouro Preto, foram mapeadas 20 pousadas na região do centro histórico da cidade constituída pelos bairros Barra, Centro, Antônio Dias, Lajes e Rosário, como mostra a figura 02. Todas estas pousadas foram contactadas por e-mail e/ou telefone convidando para participação voluntária na pesquisa a partir do preenchimento de um formulário que viria a ser disponibilizado online. Porém, apenas 09 delas responderam a pesquisa, de modo que a análise realizada se baseou em amostra não probabilística e os dados serão apresentados a seguir.

Figura 02 - Recorte das pousadas ouropretanas selecionadas para a pesquisa



Fonte: Google Maps, acesso em setembro de 2022.

Todas as pousadas entrevistadas assinaram um Termo de Livre Consentimento e Esclarecido (TLCE) no qual assegura seu sigilo, portanto não serão mostrados nomes, endereços ou qualquer tipo de informação que possa comprometer o meio de hospedagem. Os dados foram coletados a partir da plataforma Google Forms e enviados via e-mail ou whatsapp para os entrevistados. Partindo desse pressuposto, foram utilizados alguns critérios para divisão do formulário: 1) informações gerais; 2) recepção e atendimento; 3) acessibilidade e hospitalidade e 4) transtorno do espectro autista. Essa será a divisão para melhor apuração dos resultados.

3.1.1 Informações gerais

Para analisar os resultados em relação à acessibilidade, turismo e meios de hospedagem, há algumas informações necessárias para compreender o impacto disso no meio ouro-pretano. Tendo isso em vista, tratando da localização das pousadas que responderam o formulário, foi possível chegar a essa tabela:

Quadro 04 - Relação entre bairros e quantidade de pousadas que responderam

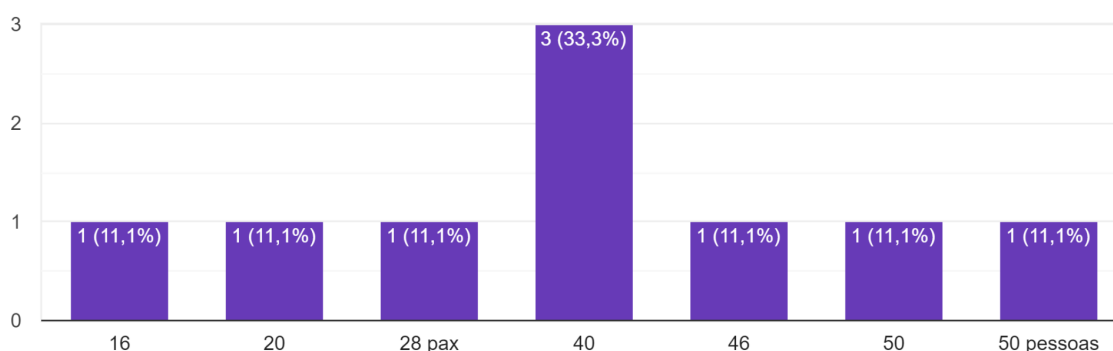
Bairro	Número de Pousadas
Antônio Dias	01
Barra	-

Centro	06
Rosário	01
Lajes	01

Fonte: Formulário aplicado nas pousadas pela autora.

Partindo desse início de análise deve-se ter em mente que a escolha do meio de hospedagem vem, em muitos casos, após a escolha do destino turístico, tendo em vista todas as expectativas que se tem sobre ele (MANÉ, SENA JÚNIOR, FERREIRA, 2021). Considerando o destino Ouro Preto e a localização dos pontos turísticos mais conhecidos, é possível dizer que o centro histórico é uma das regiões mais procuradas. Dessa forma, deve-se levar em consideração a capacidade máxima que cada pousada consegue hospedar. Na pesquisa realizada, tivemos os seguintes números:

Gráfico 01 - Capacidade total da pousada (hóspedes)



Fonte: Pesquisa aplicada pela autora.

3.1.2 Recepção e atendimento

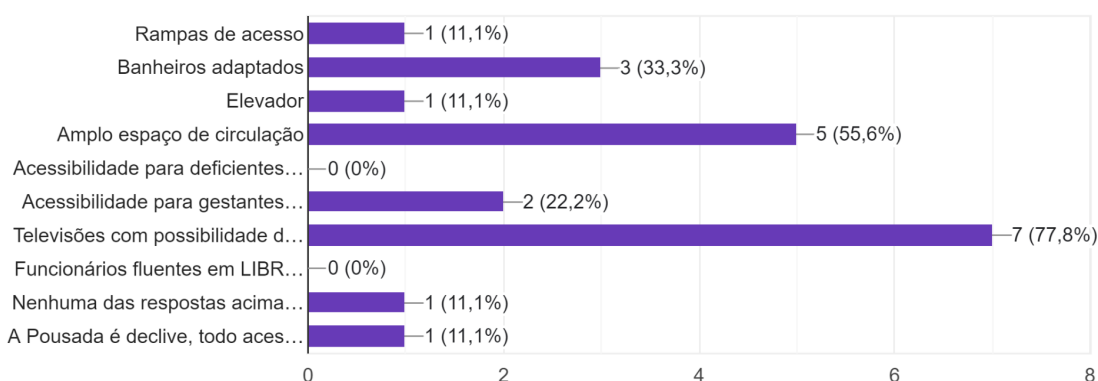
Levando em consideração a quantidade de pessoas que podem se hospedar, deve-se pensar em quantos profissionais têm para recepcioná-los. Na pesquisa, constatamos que 66,7% (06 pousadas) têm de 01 a 10 funcionários e que apenas 33,3% (03 pousadas) têm de 11 a 20 recepcionistas: sendo destes prestadores de serviços apenas 02 (22,2%) turismólogos. Além disso, em se tratando do mercado de trabalho dos turismólogos em pousadas ouropretanas, de todas as entrevistadas, apenas 02 têm bacharéis em turismo no quadro de funcionários.

Além disso, foi questionado em relação às estruturas acessíveis que a pousada oferece. Para responder a pergunta, foram dadas algumas alternativas sendo elas:

- Rampas de acesso
- Banheiros adaptados
- Elevador
- Amplo espaço de circulação
- Acessibilidade para deficientes visuais
- Acessibilidade para gestantes e idosos
- Televisões com possibilidade de legendas para surdos
- Funcionários fluentes em LIBRAS
- Nenhuma das respostas acima
- Outros

É possível verificar as respostas conforme mostra o gráfico abaixo:

Gráfico 02 - Estruturas acessíveis nas pousadas de Ouro Preto



Fonte: Pesquisa aplicada pela autora.

A partir disso, é possível perceber, inicialmente, a baixa estrutura que as pousadas têm para receber pessoas com deficiência ou que tenham algum tipo de comorbidade (gestantes/idosos/crianças/etc). Vale destacar que uma pousada entrevistada destacou sua estrutura que por ser um ambiente declive se torna um local não acessível.

3.1.3 Acessibilidade e hospitalidade

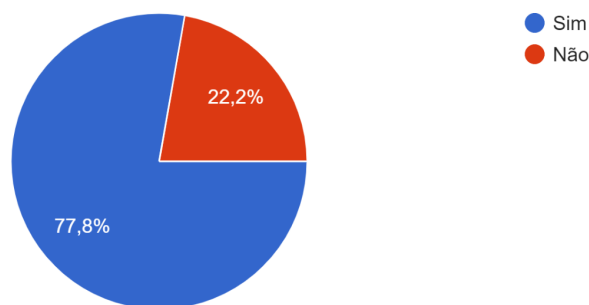
Partindo do viés da acessibilidade e da sua relação com os meios de hospedagem, inicialmente foi questionado a respeito das Pessoas com Deficiência (PCD), se já houve

hóspedes com alguma deficiência e, se sim, qual(is). As respostas são apresentadas nos gráficos abaixo:

Gráfico 03 - Hospedagem para Pessoas com Deficiência

Vocês já hospedaram PCD's (Pessoas com Deficiência)?

9 respostas

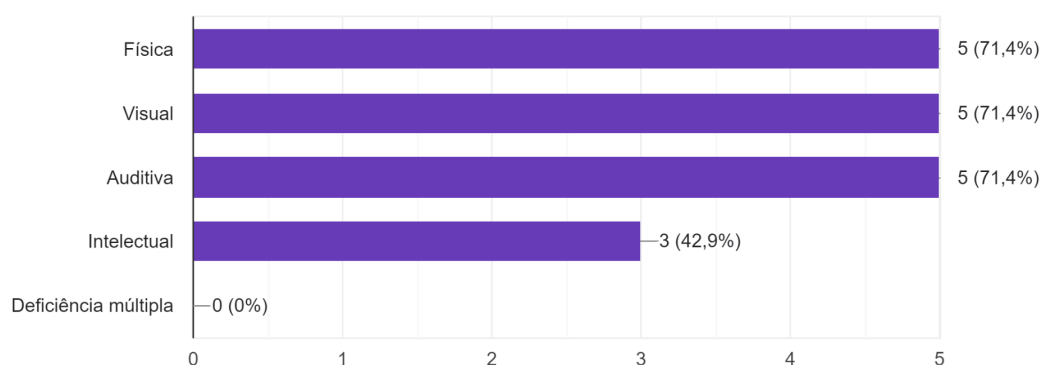


Fonte: Formulário aplicado pela autora.

Gráfico 04 - Tipos de deficiência

Se sim, qual(is)?

7 respostas



Fonte: Formulário aplicado pela autora.

Percebe-se, pelas respostas, que os principais tipos de deficiência foram física, visual e auditiva. Sendo que, 22,2% dos entrevistados sequer tiveram contato com pessoas com deficiência em seus respectivos meios de hospedagens.

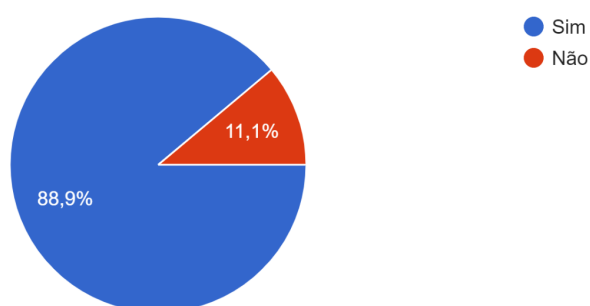
3.1.4 Transtorno do Espectro Autista (TEA)

Partindo desse princípio, foi apontado que 42,9% hospedaram pessoas com deficiência intelectual (na qual se enquadra o autismo), e deve-se pensar se todas as pousadas sabem o que é o TEA. As respostas foram:

Gráfico 05 - Relação entre pousadas e o conhecimento do TEA

Você conhece o TEA (Transtorno do Espectro Autista?)

9 respostas

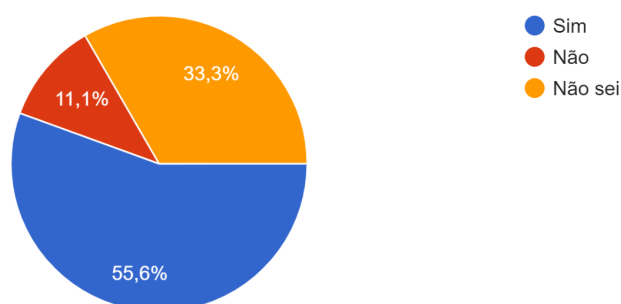


Fonte: Formulário aplicado pela autora.

Gráfico 06 - Relação entre pousadas e hospedagem de autistas

Vocês já hospedaram pessoas com autismo?

9 respostas



Fonte: Formulário aplicado pela autora.

Essas perguntas são primordiais para a inserção do contexto relação autismo x pousadas em Ouro Preto, tendo em vista que 33,3% sequer sabem se hospedaram autistas. A partir disso, o formulário seguiu para uma questão mais discursiva, de forma que os

entrevistados possam compartilhar situações e momentos vividos. A primeira pergunta elaborada nesse sentido diz respeito às pousadas que hospedaram autistas e sabiam desse fator, e foi questionado como foi a hospedagem. De um modo geral, todas afirmaram ter sido uma experiência tranquila, em que não foi preciso nenhum cuidado ou tratamento especial já que os autistas estavam acompanhados.

Logo após, foram indagados a respeito das dificuldades que existiram nesse processo. Uma pousada respondeu em relação a alimentação, sobre a seletividade alimentar do hóspede. Outra apontou em relação a comunicação, que não era possível realizá-la diretamente com o autista, era sempre feita por terceiros. Conclui-se essa indagação inicial, perguntando formas de solucionar os problemas e dificuldades apontadas. A pousada que respondeu sobre a alimentação disse que o primordial foi a conversa com os pais do autista sobre a maneira de preparar o café da manhã. A segunda, que mencionou a comunicação, disse que o atendimento preparado conseguiu dar uma boa experiência aos hóspedes.

3.1.5 Acessibilidade e autismo nas pousadas

Após todos os questionamentos feitos em relação ao início do contexto autismo, parte-se para a indagação principal: “você acha que a pousada tem capacidade para hospedagem de pessoas autistas?” e as respostas foram:

- “Todos os nossos hóspedes são tratados com extrema gentileza e respeito. Somos compreensivos e pacientes. Porém, dependendo do grau de autismo, não acho que somos uma opção interessante. É um casarão antigo e apertado. Pessoas com autismo costumam gostar de distância às vezes e de lugares para passar um tempo sozinhos. Nosso espaço limitado não é uma boa opção para isso. Outro ponto é que estamos ao lado da praça Tiradentes, o centro costuma ser caótico e muito barulhento, sei que isso pode irritar pessoas com TEA.”
- “Temos a capacidade de hospedagem para autistas, e só saber lidar com certas sensibilidade que eles tem, tipo luz muito forte, barulhos, etc .”
- “Sim, tendo os respectivos acompanhantes auxiliando, não vemos problemas.”

As demais apenas responderam que sim, sem deslindar sobre o assunto. Dessa forma, deve-se analisar que até as pousadas que sequer sabem o que é autismo, diz que teriam

capacidade para essa hospedagem, com exceção da que diz respeito ao barulho, espaços e etc. Ao serem questionados sobre medidas que podem ser aplicadas no setor de hospedagem de Ouro Preto, as respostas variam:

- “Acredito que para as pousadas mais centrais não haja muito o que fazer, pois como os casarões são históricos, não podemos realizar alterações na estrutura. Mas o que pode ser mudado e que deveria ser um padrão é o preparo de todos os funcionários para lidar com pessoas autistas.”
- “Treinamento.”
- “Recepcionistas treinados para o atendimento e a cozinha adaptar os alimentos da maneira que os agrada.”
- “Interesse por parte das empresas.”
- “Treinamentos específicos.”
- “Um esclarecimento melhor sobre o assunto para pessoas que o desconhecem, falta um pouco mais de instrução.”
- “Uma simples, perguntar o que eles precisam, cada autista é diferente, com suas sensibilidades seu cotidiano, sempre que recebemos os próprios tutores nos informar das características de cliente. Com todas essas informações saberemos como lidar com clientes autistas.”
- “Adaptação do ambiente.”

Dessa forma, é possível perceber a falta de conhecimento das pousadas para além da ausência de recursos. O próximo subtópico irá abordar a contribuição dos próprios autistas, as situações vivenciadas e como é possível fazer uma ligação direta entre as respostas atingidas nos formulários com as falas de quem realmente vive com essa questão diariamente.

3.2 Turismo e autismo: a perspectiva de quem vive

A fim de ter um conhecimento prático do assunto, foram entrevistadas duas pessoas diagnosticadas com autismo e que já realizaram viagens e vivenciaram situações distintas nos meios de hospedagem. Os entrevistados não estarão expostos com sua identidade real, então seus nomes fictícios serão Iasmin e Douglas, respectivamente.

Iasmin tem 32 anos, natural de São Paulo capital, foi diagnosticada com autismo aos seus 31 anos. O diagnóstico foi tardio e veio decorrente de seu trabalho. Iasmin trabalha como produtora cultural, atriz, cantora e musicista e leciona aulas para crianças e adolescentes de teatro. O diagnóstico veio após Iasmin tomar conhecimento que daria aula para uma criança autista e a partir daí, começou a estudar e entender um pouco mais do espectro, e para sua surpresa, se identificou em várias características (hiperfocos, alta sensibilidade sonora, burnouts após situações estressantes, andar em círculo e muitos gestos com as mãos) e assim que foi em um psiquiatra, o diagnóstico veio.

Já Douglas, tem 19 anos, é da cidade de Macaé no estado do Rio de Janeiro e é estudante de psicologia. Seu diagnóstico veio aos 15 anos, quando sua psicóloga começou a notar características de um autista e a partir desse momento, tudo fez sentido. Ele começou a entender o por que ele enxergava o mundo de maneira diferente e como ele iria se redescobrir nesse processo.

Partindo desse princípio, o assunto foi deslindado acerca da legislação brasileira e como ela atua de fato na proteção dos direitos dos autistas. Ao falar sobre a CIPTEA, Iasmin frisa que não é uma lei federal e que varia de estado para estado e que São Paulo, por exemplo, não fornece esse tipo de identificação, apenas a carteirinha que agrega os PCD's, que ela tem e utiliza. Entretanto, em São Paulo, é afirmado que as leis não são seguidas da maneira que deveriam. Por ser uma pessoa PCD, Iasmin deveria ter direito ao LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), entretanto, por estar no nível 01 do espectro, caso ela decida ir ao INSS (Instituto Nacional do Seguro Nacional) e exigir seus direitos, eles vão alegar que ela não é autista ou que é apta para trabalhar e portanto, não se enquadra.

Douglas confirma essa constatação em suas falas, pois o mesmo diz que é complicado falar em legislação, principalmente no que tange a população autista adulta. Há muito apoio infantil, o governo não mede esforços para projetar medidas inclusivas e que apoiam autistas crianças, e isso falta para o público adulto. Douglas tem sua carteirinha de identificação do autista, mas diz que muitas vezes não utiliza seus direitos, ou por receio do preconceito da sociedade ou por não sentir que deve. Em geral, ambos se complementam no que tange à lei. A lei não é falha, ela existe e é correta em sua teoria, entretanto na prática ela não é aplicada e quando aplicada, são diversos procedimentos que faz que os autistas não se sintam confortáveis e dispostos a lutar por elas.

Ambas as entrevistas foram feitas pela plataforma Google Meet separadamente e pretendia não ter perguntas diretas, mas sim, um bate papo no qual fosse possível conversar e debater sobre as situações vivenciadas por ambos em viagens e meios de hospedagem. Sendo assim, após a apresentação de Iasmin e Douglas, a conversa voltou-se para o âmbito turístico, se eles já haviam realizado algumas viagens e como o autismo influenciou em toda essa questão.

Tanto Iasmin quanto Douglas já viajaram e se hospedaram em hotéis, hostels, pousadas e vários outros meios de hospedagem. Entretanto, foram colocados em situações diferentes devido a divergência do espectro, em que cada indivíduo tem sua própria particularidade. Iasmin relata que já viajou bastante em decorrência de sua profissão realizando apresentações de teatro, porém, não as realizou após o diagnóstico do autismo. Então muitas das situações vividas foram caracterizadas como incômodas e não como algo relacionado ao espectro.

Alguns fatos narrados por ela são: escolher dividir quartos com as pessoas mais quietas ou mais velhas do grupo, que não faziam tanto barulho, não acendiam tanto a luz e escolher a cama com base na textura do edredom, da fronha e consequentemente dos lençóis. Já Douglas, tem um viés mais sensorial, ele conta que uma vez ficou hospedado em um hotel e se incomodava com o piso, que tinha um textura de cola, então ele não conseguia se sentir confortável para realizar atividades como por exemplo, ir até o refeitório tomar café da manhã. Além disso, seu olfato é muito sensível, então produtos de limpeza causam dor de cabeça e náuseas, deixando-o desregulado com cheiros mais fortes. E, assim como Iasmin, Douglas também se incomoda com a textura das roupas de cama: de acordo com ele, edredons felpudos e aveludados não o agradam.

Partindo desse princípio e entrando em uma análise sociológica e inclusiva, a conversa foi para o tema de inclusão, em maneiras e formas de incluir o autista e como essas medidas deveriam ser implantadas tendo como ponto de vista um olhar deles, de quem vive e passa por situações todos os dias. Iasmin diz que o ideal são medidas de conscientização, entender que o autista não o é somente na fase de criança, ou seja, eles se tornam adultos e sua inclusão também é necessária. Essa informação chama a atenção para o fato de que muitas iniciativas acontecem direcionadas para o público infantil. Entretanto, o diagnóstico

tardio desprepara a construção sociológica, pois a pessoa viveu toda sua vida com esse outro jeito de ver o mundo sem saber ao certo o que ela sentia. A partir daí, é possível perceber uma independência psicológica, já que aprendeu a se esconder durante muito tempo.

Buscando soluções ou tentativas de melhora do autismo com o turismo, dando enfoque para os meios de hospedagem, alguns pontos foram levantados por ambos entrevistados:

- 1) Cartilha específica para autistas em todas as pousadas, que relatam sobre cheiro, textura, rotina, alimentação, funcionários e todo o funcionamento interno e externo da pousada;
- 2) Maior informação nas redes sociais;
- 3) Interesse por perguntas acerca de PCD's na hora de fazer a reserva e confirmar no check-in;
- 4) Modificar e adaptar quartos e alimentos para que seja possível o autista se sentir confortável sem a presença de terceiros, como seus pais, por exemplo.

Por fim, a conversa foi encerrada reafirmando o quanto o debate acerca do autismo adulto é necessário e que a Universidade e a comunidade acadêmica também devem contribuir para expandir o tema e disseminar informações para que agregue à sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o objetivo principal de analisar a acessibilidade de pessoas diagnosticadas com autismo nas pousadas da região central de Ouro Preto pode-se dizer que a pesquisa obteve seus devidos resultados, tanto no âmbito teórico quanto no âmbito prático na questão.

No quesito teórico, conclui-se que o autismo deve ser diagnosticado na fase infantil do indivíduo. A partir disso, deve ser pensada de uma maneira de inclusão social e de acessibilidade partindo de seus respectivos conceitos. Tais tópicos iniciam sua execução na fase psicopedagógica da criança, dentro da escola, tendo em vista a influência que esta tem para a inserção social dos autistas.

Além disso, o texto também divide os meios de hospedagem e analisa sua participação direta com o destino turístico. Devem ser pensadas formas de adaptação dos espaços para a recepção e hospitalidade de Pessoas com Deficiências (PCD) e tais soluções enquadrando o autismo foram expostas no terceiro capítulo.

Partindo desse ponto, o terceiro capítulo propôs uma reflexão sobre a acessibilidade nas pousadas da região central de Ouro Preto tendo como foco os formulários aplicados.. É possível constatar a falta de recursos em seu atendimento, além da falta de estrutura dos funcionários em ter informações e capacitações que possibilitem um trabalho de característica acessível.

Ademais, o texto também traz a visão dos autistas em relação às viagens e meios de hospedagem em que narram situações vivenciadas que poderiam ser evitadas com protocolos básicos de atendimento que poderiam constar em uma cartilha, com perguntas simples durante a reserva. A pousada deve ter interesse em receber bem esses hóspedes e fornecer dados sobre aspectos rotineiros e sensoriais do meio de hospedagem, como por exemplo, como a cozinha funciona, quais são os produtos de limpeza utilizados e como é possível tornar-se um ambiente acessível.

Os métodos utilizados para obtenção destes resultados foram pesquisa bibliográfica intensa que captou os conceitos de autismo, diagnóstico, inclusão social, psicopedagogia, turismo, meios de hospedagem e formas de inclusão. Além disso, na parte prática da tese,

houve a elaboração de formulários (respondidos pelas pousadas) e conversas com 02 autistas que puderam compartilhar um pouco de suas experiências. Ambas as práticas foram realizadas de forma remota, utilizando das plataformas Google Forms e Google Meet, respectivamente.

Sendo assim, a tese finaliza entendendo a importância da acessibilidade no espaço turístico e como essas adaptações podem ser feitas, abrindo espaço para uma nova discussão no espaço acadêmico, em que o autismo não é muito comentado. Dessa maneira, a sociedade deve se propor a querer saber, a querer entender que o que é bom para um, não necessariamente é bom para todos. Como pensar em uma forma de inclusão social se não pensar em cada particularidade do indivíduo? Portanto, o artigo pretendeu inserir esse assunto na universidade para que possa ser disseminado em outros espaços sociais, de forma que seja aplicado de fato os conceitos discutidos anteriormente e acessibilizar os espaços para autistas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALDRIGUI, Mariana. **Meios de hospedagem**. São Paulo: Aleph, 2007. – (Coleção ABC do Turismo).

AMERICAN PSYCHIATRY ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais-DSM-V**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ARAÚJO, Priscila Maria Mororó; ROSADO, Adélia Carneiro da Silva. A importância do profissional de psicopedagogia na inclusão de autistas na sala de aula. In: **III CIMEDI**, 2018, Campina Grande - PB. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/cintedi/2018/TRABALHO_EV110_MD1_SA6_ID2116_30072018141747.pdf. Acesso em 16 outubro 2022.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 02 jun 2022

BRASIL. Lei 10.741, de 1 de outubro de 2003. **Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências**. Diário Oficial da Casa Civil, Brasília, 1 de out de 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm>. Acesso em: 02 jun 2022

BRASIL. Lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Diário Oficial da Casa Civil, 27 de dez de 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm>. Acesso em: 02 jun 2022

BRASIL. Lei 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da Casa Civil, 6 de jul 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm>. Acesso em: 02 jun 2022

BRASIL. Lei 13.977, de 8 de janeiro de 2020. **Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências**. Diário Oficial da Secretaria Geral, 8 de jan de 2020. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13977.htm>. Acesso em: 02 jun 2022.

BRASIL. Portaria MTUR nº 100, de 16 de junho de 2011. **Institui o Sistema Brasileiro de Classificação de Meios de Hospedagem (SBClass), estabelece os critérios de classificação destes, cria o Conselho Técnico Nacional de Classificação de Meios de Hospedagem (CTClass) e dá outras providências.** Ministério do Turismo, 2011. Disponível em: <[https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2011/PORTARIA-N-100c-DE-16-DE-JUNHO-DE-2011#:~:text=Institui%20o%20Sistema%20Brasileiro%20de,CTClass\)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias](https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo/-publicacoes/portarias-arquivos/portaria-2011/PORTARIA-N-100c-DE-16-DE-JUNHO-DE-2011#:~:text=Institui%20o%20Sistema%20Brasileiro%20de,CTClass)%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%Aancias)>. Acesso em 16 de outubro de 2022.

BANDEIRA, Gabriela. Direito dos autistas: conheça as leis no Brasil. In: **Genialcare**, 2022. Disponível em: <<https://genialcare.com.br/blog/direitos-dos-autistas/>>. Acesso em: 02 jun 2022.

BARONE, Leda. Considerações a respeito do estabelecimento da ética do psicopedagogo. In: SCOZ, Beatriz et al (Org.). **Psicopedagogia**. O caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

BOHRER, Alex. **História**. Prefeitura de Ouro Preto. Disponível em: <<https://ouropreto.mg.gov.br/historia>> . Acesso em 15 outubro 2022.

BOOKING, 2022. Disponível em: <<https://www.booking.com/index.pt-br.html>>. Acesso em: 03 de novembro de 2022.

BORBA, Andreilcy Alvino; LIMA, Herlander Mata. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 106, p. 219-240, abr./jun. 2011. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ssoc/a/m9myrdrnWWqsDjph5WRsRHym/?lang=pt#>>. Acesso em 16 de outubro de 2022.

CALDEIRA, Suzana Nunes; REGO, Isabel Estrela; SILVA, Osvaldo Dias Lopes da, SOUSA, Áurea; PACHECO, Jéssica; MOTA, Pilar; BOTELHO, Tânia (2021). Intenções sobre turismo inclusivo: construção de instrumento de avaliação para famílias de crianças com PEA. In: **Atas do XVI Congresso Internacional Galego-Português de Psicopedagogia**, 1-3 de setembro de 2021 (pp. 2019-1029). Braga: Universidade do Minho. Disponível em: <<https://repositorio.uac.pt/handle/10400.3/6128>>. Acesso em 16 de outubro de 2022.

CAMPOS, Suzana Santos. Aula 9: Turismo e Segmentação do mercado turístico. In: **e-Tec Brasil**, 2016. Disponível em: <http://proedu.rnp.br/bitstream/handle/123456789/606/Aula_09_Pdf_Plataforma.pdf?sequence=9&isAllowed=y>. Acesso em 15 outubro 2022.

CRESCER o número de visitantes na cidade de Ouro Preto. In: **Ouro Preto.com** [Online], 2019. Disponível em:

<<http://www.ouropreto.com.br/noticia/2792/cresce-o-numero-de-visitantes-na-cidade-de-ouro-preto>>. Acesso em 15 outubro 2022.

CUNHA, Ana Cristina Barros da; FARIA, Iara Maria de; MARANHÃO, Renata Veloso de Albuquerque. Interação professor-aluno com autismo no contexto da educação inclusiva: análise do padrão de mediação do professor com base na teoria de experiência de aprendizagem mediada (Mediated Learning Experience Theory). In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, Set.-Dez. 2008, v.14, n.3, p.365-384. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/yP3fxxtVtksKbz8VHyXfCtM/abstract/?lang=pt>>. Acesso em 16 de outubro de 2022.

DIA Mundial de Conscientização do Autismo. In: **Canal Autismo**, 2022. Disponível em: <<https://www.canalautismo.com.br/dia-mundial/>>. Acesso em: 01 jun 2022.

FERNANDES, Idília; LIPPO, Humberto. Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea. In: **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 281-291, jul/dez 2013.

GADIA, Carlos. **Aprendizagem e autismo: transtornos da aprendizagem: abordagem neuropsicológica e multidisciplinar**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

GRANDIN, Temple; PANEK, Richard. **O cérebro autista: pensando através do espectro**. 1. ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

GUIMARÃES, Marcelo Pinto. **Aspectos dinâmicos da acessibilidade na prática do design universal em arquitetura requerem o uso de uma escala de qualidade**. Belo Horizonte, 1998. Disponível em: <<http://www.adaptse.org/1726>>. Acesso em 16 de outubro de 2022.

HONDA, Fernanda Ramaglia. **Transtorno do Espectro Autista: uma abordagem sobre as políticas públicas e o acesso à sociedade**. Trabalho de Conclusão de Curso [Graduação] - Farmácia-Bioquímica – Faculdade de Ciências Farmacêuticas – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2020**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE e ANEEL acertam a divulgação do Censo 2022. Censo 2022, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/noticias-por-estado/33906-ibge-e-aneel-acertam-divulgacao-do-censo-2022>>. Acesso em: 02 jun 2022.

INCLUSÃO. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Uol: Melhoramentos, 2022. Disponível em:

<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/inclus%C3%A3o/>>. Acesso em: 30 agosto de 2022.

Informações gerais. Prefeitura de Ouro Preto. Disponível em: <<https://ouopreto.mg.gov.br/informacoes-gerais>>. Acesso em 15 outubro 2022.

KANNER, Leo. **Autistic disturbances of affective contact**. Nervous Child, v. 02, 1943.

KLIN, Ami. Autismo e Síndrome de Asperger: uma visão geral. In: **Revista Brasileira de Psiquiatria**. 2006; 28 (Supl I): S3-11.

KOWARICK, Lúcio. Sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil — Estados Unidos, França e Brasil. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 61-85, 2003.

LEMONS, Emellyne Lima de Medeiros Dias; SALOMÃO, Nádia Maria Ribeiro; AGRIPINO-RAMOS, Cibele Shirley. Inclusão de Crianças Autistas: um Estudo sobre Interações Sociais no Contexto Escolar. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 20, n. 1, p. 117-130, Jan.-Mar., 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/GS4c9BPW9PW8ZqzBGjx7Kzj/?lang=pt>>. Acesso em: 16 de outubro de 2022.

LEOPOLDINO, Claudio Bezerra; COELHO, Pedro Felipe da Costa. O Processo de Inclusão de Autistas no Mercado de Trabalho. In: **Revista Economia & Gestão**, v. 17, n. 48, p. 141-156, 2017. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/15660>>. Acesso em: 02 jun 2022.

LEOPOLDINO, Claudio Bezerra. Inclusão de autistas no mercado de trabalho: uma nova questão de pesquisa. In: **Revista Eletrônica Gestão & Sociedade**, v. 9, n. 22, p. 853-868, Janeiro/Abril, 2015. Disponível em: <<https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/2033/1112>>. Acesso em: 02 jun 2022.

LOPES, José Rogério. “Exclusão social” e controle social: estratégias contemporâneas de redução da sujeitidade. In: **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 13-24, 2006.

MANÉ, Alexandra Nhara Martins; SENA JÚNIOR, Otávio Bezerra de; FERREIRA, Lissa Valéria Fernandes (2021). Hostels: Atributos motivacionais para escolha como meio de hospedagem no Brasil. In: **Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, 13(3), 874-893, DOI

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Sistema brasileiro de classificação de meios de hospedagem:** cartilha de orientação básica. 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/brasil-ganha-novo-sistema-de-classificacao-hoteleira#:~:text=O%20SBClass%2C%20desenvolvido%20pelo%20Minist%C3%A9rio,n%20presta%C3%A7%C3%A3o%20de%20servi%C3%A7os%20tur%C3%ADsticos.> Acesso em: 27 set. 2022.

MORENO, Sayonara. **O Censo também vai levantar informações sobre autismo.** Radioagência Nacional, 01 fevereiro de 2022. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/saude/audio/2022-02/censo-tambem-vai-levantar-informacoes-sobre-autismo#:~:text=No%20Brasil%2C%20estima%2Dse%20que,o%20autismo%20no%20censo%20populacional.> Acesso em: 02 jun 2022.

OLIVEIRA, Andreia Margarida Boucela Carvalho de. **Perturbação do espectro de autismo:** a comunicação. Porto: ed. Porto, 2009.

OLIVEIRA, Bruno Diniz Castro de; FELDMAN, Clara; COUTO, Maria Cristina Ventura; LIMA, Rossano Cabral. Políticas para o autismo no Brasil: entre a atenção psicossocial e a reabilitação. In: **Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 27 [3]: 707-706, 2017.

ONZI, Francielle Zanella; GOMES, Roberta de Figueiredo. Transtorno do Espectro Autista: a importância do diagnóstico e reabilitação. In: **Caderno pedagógico**, Lajeado, v. 12, n. 3, p. 188-199, 2015. ISSN 1983-0882.

PSICOPEDAGOGIA. In: **Aurélio** - Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa. Positivo: 2010.

ROSSI, Fernanda; HUNGER, Dagmar. Identidade docente e formação continuada: um estudo à luz das teorias de Zygmunt Bauman e Claude Dubar. In: **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Brasília, v. 101, n. 258, p. 313-336, maio/ago. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/BZ6Mg4DWyRdLffjThQSHJh/?format=html>. Acesso em 25 de outubro de 2022.

RUBINSTEIN, Edith. A psicopedagogia e a Associação Estadual de Psicopedagogos de São Paulo. In: SCOZ, Beatriz e outras (Org.) **Psicopedagogia**. O caráter interdisciplinar na formação e atuação profissional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

SANTOS, Ana Kelly. **Transtorno do Espectro Autista (TEA):** família e políticas públicas. 2020. 18p. Trabalho de Conclusão de Curso [Pós Graduação] - Atendimento Educacional Especializado – Faculdade dos Guararapes, Jaboatão dos Guararapes, 2019.

SOCIAL. In: **MICHAELIS**, Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa. Uol: Melhoramentos, 2022. Disponível em:

<<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/social/>>. Acesso em: 30 agosto de 2022.

STELZER, Fernando. **Uma pequena história do autismo**. São Leopoldo: Pandorga, 2010.

WIXEY, Sarah et al., **Measuring Accessibility as Experienced by Different Socially Disadvantaged Groups, funded by the EPSRC FIT Programme** — Transport Studies Group — Universidade de Westminster, 2005.

YOGUEL, Gabriel. Desarrollo del proceso de aprendizaje de las firmas: los espacios locales y las tramas productivas. In: **SEMINÁRIO GLOBALIZAÇÃO E INOVAÇÃO LOCALIZADA**, 1998, Mangaratiba. Anales, Rio de Janeiro: [s.n.], 1998.

ANEXO 01 - ENTREVISTA COM IASMIN (NOME FICTÍCIO)

Trabalho com teatro, sou atriz, produtora cultural e cantora. Fui diagnosticada a mais ou menos um ano depois de ter contato com pessoas do espectro autista nas aulas de teatro em que eu tinha que pesquisar para conseguir dar aula e quando eu comecei a pesquisar, comecei a me identificar como autista. Meu diagnóstico veio aos 31 anos, depois de várias crises, sempre fui considerada uma pessoa depressiva. É bem recente esse processo diagnóstico, foi através de compreender e estudar sobre teatro e como aplicar, fazer as aulas para crianças do espectro autista.

As características que eu reparei em mim eram os hiperfocos, eu por causa da pandemia, eu voltei a andar em círculo, voltei a ter gestos com a mão. Eu tenho muitos hiperfocos de teatro e tudo mais. Eu estava tendo muito burnouts, em que eu me desligava depois de algumas situações estressantes e quando eu tava pesquisando reparei algumas características. A partir disso, eu comecei a reparar nas situações da minha infância, eu tenho problemas com fogos, bexigas, estouros, eu tenho uma audição muito sensível. Então foi isso, foi pesquisando, entendendo o espectro e também não ter uma visão capacitista porque foi por conta dos meus alunos que eu compreendi que eu sou autista.

Já viajei, passei por alguns estados. Minas já fui para Belo Horizonte mas a minha profissão ela prevê que eu vou viajar, apresentando, fazendo apresentações de teatro então eu viajo desde que eu comecei a trabalhar ativamente com o teatro. Em relação a meios de hospedagem, comigo assim, justamente por meu diagnóstico ser tardio, talvez tivesse incômodos, mas eu não encarava com incômodos. Eu sempre preferia ficar em espaços silenciosos, sempre quando eu escolhia o quarto sempre escolhia sozinha ou com as pessoas mais quietinhas do grupo, porque tinha uma coisa de dormir, dormir mais cedo, não ficar o tempo todo papeando, a luz muito acesa e eu não só fiquei hospedada em hotel, fiquei hospedada em vários espaços distintos. Sempre tive essa preferência de ficar em lugares mais silenciosos, a cama de textura eu gosto muito da textura das fronhas, dos lençóis, dos cobertores de hotel e isso me gera um conforto muito grande. O que me incomoda muito é o barulho perto. Como eu descobri mais tarde, então agora que eu entendo mais minha rotina e encaro isso como uma rotina. Sempre fazia as mesmas coisas, mesmos lugares, mesmas

peessoas. E eu não consegui ir viajar depois do diagnóstico para poder reparar o lugar com um olhar de autista, mas tenho certeza que eu não ficaria com as pessoas que conversam mais. Minha vida antes do diagnóstico estava caótica, tava terrível. É bom ter o diagnóstico cedo porque você consegue ajustar, eu inconscientemente tive que me ajustar mesmo sem saber. Eu usei o teatro para me ajudar enquanto me desenvolvia como pessoa, por conta das relações interpessoais e sempre fui muito sistemática em não tirar o teatro e nem a música de mim. Mesmo inconsciente, eu fiz minha própria terapia. Esse diagnóstico tardio teve muita influência porque a gente conviveu a vida inteira com o autismo sem saber, a chance de ter comorbidades é muito grande. Antes eu era uma pessoa depressiva, que eu não conseguia me encaixar na sociedade, eu olhava de fora e pensava “isso não faz nenhum sentido, como que as pessoas mentem? como que elas fazem um coisa e falam outra?”, regras do cotidiano de interações sociais que você não entende e isso vai gerando vários conflitos na sua vida, como na escola, relacionamentos e como você não sabe o que é, é muito espanto saber que você escuta diferente das outras pessoas porque eu achava que todo mundo escutava da mesma forma que eu. Quando você tá mais velho, você olha e vê que tem que interpretar sua vida de outra forma e aí eu vivia num conflito e veio as comorbidades, e só agora com 32 anos que eu estou aprendendo a conviver com o mundo de novo.

Tem coisas da lei que não dão pra gente. Na lei diz que como eu sou PCD eu tenho direito ao LOAS (Lei Orgânica da Assistência Social), mas se eu for no INSS e pedir o LOAS eles vão dizer que eu sou apta a trabalhar, mesmo eu sendo diagnosticada com nível 01 então quem é diagnosticado com nível 01 a chance de conseguir algum direito é bem baixa. Essa carteirinha de identificação do autista, ela é estadual, ela não é federal. Então alguns estados têm, em São Paulo não tem, então eu não tenho. Posso ter algumas carteirinhas relacionadas a PCD mas a carteirinha que te dá direitos mesmo, ela é estadual então é lutar para que ela vire federal e que consiga atingir mais gente. A lei não é falha, mas as pessoas não aplicam a lei, eles não seguem à risca o que tá escrito na lei, depende muito do interesse desse. Dessa forma também, o diagnóstico é bem complexo, se você for no CAPSi, para uma instituição de saúde, eles vão falar “não, mas você olha no olho então você não é autista” então é um sistema capitalista mesmo, que eles não te dão o diagnóstico para voce nao correr atras dos seus direitos.

(Abordando Capsi e assistência de autistas) Pra criança sim, é uma grande assistência porque meu sobrinho é autista então pra criança tem muita coisa dada pelo CAPSi mas pra adulto é complicado porque é uma coisa recente. Uma coisa é uma criança que está conhecendo o mundo agora e demonstra muito mais agora que o adulto, ele cresce a vida inteira tentando

mascarar esse sentimento e não demonstra tudo. Tem muitas instituições capacitistas também, que têm uma visão estereotipada do autismo, como por exemplo, o ator de “The Good Doctor”, não tem essa questão da hiperinteligência, a questão é que a gente tem hiperfoco, eu gosto muito de astrofísica, eu gosto muito de pesquisar e na pandemia eu fiz um curso de astrofísica então eu fui entender como funciona e meu sonho é ter um telescópio. Então acaba que a gente cria um hiperfoco e a pessoa querendo descobrir ela começa a pesquisar, comprar livro, se dedicar, então se a pessoa vai falar do assunto, é claro que ela vai ser um gênio, ela estudou pra isso. O Shawn não é um gênio, ele estudou para aquilo, ele passou horas e horas hiper focados, maior que o foco de outras pessoas. As pessoas esquecem que as crianças autistas crescem, parece que somos abduzidos ao longo da nossa vida. As instituições são falhas com adultos porque agora que começou a falar sobre o autismo na vida de adultos, porque antes era sempre falado sobre autismo infantil. Existem algumas páginas no instagram, alguns podcasts e tem uma baixa de diagnóstico porque ampliou e foi constatado que o autismo foi um espectro. Na minha época, não se falava em níveis de autismo, então agora a chance de aumentar o diagnóstico em adultos é muito grande porque precisa se profissionais que consigam perceber as características e entender o mascaramento do adulto. Se viveu a vida inteira no mundo que você não compreendeu, você se comporta diferente.

O “Dia Mundial do Autismo” ele ajuda, mas o “Dia do Orgulho Autista” é mais interessante, no dia 18 de junho. Porque no dia mundial, ele foi criado por pessoas que têm contato com autistas, mas o dia do orgulho autista são os próprios autistas falando com os autistas e me manifesto por ter orgulho de ser autista. Tem uma conscientização sobre o que é, mas uma coisa é falando da nossa boca, aí quando vem o dia 18 de junho vem nós e fala sobre a nossa vivência, nossas situações vividas para parar com o capacitismo.

Para diminuir o preconceito, é a coisa complicada do estereótipo, as pessoas assistem e os personagens são cheios de trejeitos que as pessoas associam o autismo ao nível 3, 4 e quando chega gente que são nível 1, falam que não temos cara de autista. Por exemplo: estou na fila preferencial, e várias pessoas já me indagaram sobre quando eu falava que era autista e tem muito autista que usa uma fita para subir no ônibus e ter direitos porque as pessoas não vão achar que eu tenho direitos. Se é para criar políticas públicas, tem que criar políticas de conscientização de que o autismo não tem cara, fornecer informações para a população. Por exemplo, fazer um roteiro de programação turística adaptado para o autista. Poderia, por exemplo, ter roteiros adaptados, que é super bom você avisar antes da viagem os sons que podem ter no lugar, os estímulos visuais, entende? Tá avisado que o roteiro vai ser assim, por exemplo: esse local é uma balada, terá luzes piscando, você pode trocar esse passeio por

outro (e apresentar sugestões). O autista ele prefere se prevenir para não ter incômodo, é agir na prevenção, então se tem um hotel que tem uma cartilha, por exemplo, que tem todas as informações referente a textura, cheiro, luminosidade, barulho, alimentação e essa cartilha é entregue para quem é PCD. Questionar na hora de fazer o check-in, querer saber, querer se adaptar também é muito importante, saber a questão sensorial é importante, não só o físico do espaço. Por isso é importante e interessante ter uma cartilha completa com essas informações e que são entregues para quem tem o laudo do autismo.

ANEXO 02 - ENTREVISTA COM DOUGLAS (NOME FICTÍCIO)

Recebi o diagnóstico com 15 anos, pode-se dizer que foi tardio pois muitas vezes o diagnóstico vem na faixa de 03 anos. De uma certa forma, ainda é novo pra mim, mas ainda foi algo extremamente libertador pra mim, pois é uma forma diferente de experienciar o mundo e porque você sente essa diferença dentro da sociedade e como essa forma de enxergar implica, e você entender isso acaba sendo um motivo de alívio e as minhas questões que eu não entendia, começou a fazer sentido e dar sentido faz com que as coisas melhorem de uma forma geral.

Eu já fazia terapia com uma psicóloga e ela começou a identificar as características e me encaminhou para uma avaliação neurológica e depois psiquiatria, foi dentro da psicologia e eu fazia terapia por conta das minhas questões que eu já sentia, faço terapia desde os meus 13 anos e eu precisava entender o que eu tava sentindo e eu não conseguia compreender, foi a própria psicóloga que identificou.

Acho que tem alguns pontos que foram interessantes nos meus contatos com hotéis, eu tenho muito problema de textura do que eu vou pisar e teve uma vez que eu fui em uma pousada e por algum motivo, tinha uma textura bem colante no chão e eu não conseguia ficar confortável e talvez as pessoas não dão atenção pra isso. Cheiro também, de produtos de limpeza, dependendo do cheiro me dá dor de cabeça, pelo menos pra mim, algumas pessoas podem sentir de outra forma mas comigo eu me sinto totalmente desregulado com cheiros fortes. Isso é difícil dizer mas a textura até do próprio lençol, os que são ásperos, felpudos, me deixam totalmente desconfortável.

Normalmente não sou quem escolhe os meios de hospedagem que eu vou ficar, mas às vezes eu acabo opinando. Eu não sei, eu acho que talvez o que ajudaria no processo de escolha é mais informação, normalmente só tem fotos do local, não tem como saber aspectos

sensoriais, por exemplo, luz, cheiro, texturas. Às vezes sinto que falta informação para entender o que tem que poderia me ajudar ou não. Eu não tenho tanta preferência, a minha questão seria basicamente sensorial porque seria o mais confortável pra mim.

É complicado falar sobre legislação porque várias leis foram divididas em federais, estaduais e municipais. Aqui na minha cidade tem a carteirinha e eu sinto que essas questões de políticas públicas, a gente tem uma evidência muito grande na área infantil, então quando a gente tá falando de um adulto em uma fila, por exemplo, é extremamente complicado por ser um assunto novo. Por isso imagino que você tenha dificuldade em achar autistas adultos e artigos que falem sobre, porque há pouca pesquisa sobre o autismo em adultos. Agora essa questão da fila, eu evito pegar fila preferencial, nunca fui questionado nas poucas vezes que usei mas questão de transporte eu nunca tive coragem e o fator ônibus é extremamente estressante. Em geral, existe o direito mas ele é difícil de aplicar, porque tem muitos autistas que se sentem desconfortáveis por usarem seus direitos e falta uma conscientização das pessoas para pararem com o conflito de julgamentos. As políticas públicas para o autismo são difíceis, existem terapias, tem alguns eventos como cinema modificado, com som mais baixo mas tudo voltado mais para o público infantil, isso que eu teria para falar. Fora a carteirinha, não vejo outras políticas para o público adolescente e adulto. Sinto uma falta de se eu ver alguma coisa no CAPSi, de informações, pode até ter mas eu nunca vi.

Uma das maneiras de socializar o autista é incluir dentro da escola, na sala de aula, ajudaria a resolver muitas coisas, mas isso é um investimento futuro. Saiu uma pesquisa recente que de 54 pessoas, 01 pessoa é autista e acho que essa taxa ainda vai aumentar bastante. Tendo esse contato quando criança, falar que aquele amigo é autista e tirar todos os “rótulos” de estereótipo, já ajudaria a começar a entender o que é porque a partir de um momento que você entende a partir de uma série ou filme, fica difícil porque você tem um contato de uma forma estereotipada e de formas incorretas. Eu tenho uma página no instagram justamente para humanizar o autismo, trazer um pouco de informação para as pessoas que nós somos pessoas também, a única diferença é que pensamos diferente, não é uma doença, nem nada.

Falando para o público adulto, eu acho que a conscientização seria ideal, surtindo alguns efeitos pequenos, é bem difícil furar a bolha e ir para além da família, amigos, mas de alguma forma gerar interesse das pessoas em saber um pouco mais sobre e como lidar com a gente. Existem vários eventos sobre autismo, mas poucas pessoas autistas participam, sendo que existem profissionais autistas que estudam o assunto, é importante ter uma representatividade que tenha uma formação e saiba falar. Eu faço psicologia e eu tenho interesse em especializar

justamente por isso. Nunca passei por uma situação de imprevisto em viagem, felizmente porque acho que se eu passasse por isso talvez seria uma possível crise.

Parabéns pela pesquisa e espero ter contribuído de alguma forma.

ANEXO 03 - LEI Nº19.977: ALTERAÇÃO DAS LEIS QUE PROTEGEM OS AUTISTAS

LEI Nº 13.977, DE 8 DE JANEIRO DE 2020

Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Esta Lei, denominada “Lei Romeo Mion”, altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 (Lei da Gratuidade dos Atos de Cidadania), para criar a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), de expedição gratuita.

Art. 2º A Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º

§ 3º Os estabelecimentos públicos e privados referidos na Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, poderão valer-se da fita quebra-cabeça, símbolo mundial da conscientização do transtorno do espectro autista, para identificar a prioridade devida às pessoas com transtorno do espectro autista.” (NR)

“Art. 3º

§ 1º

§ 2º (VETADO).” (NR)

“Art. 3º-A . É criada a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), com vistas a garantir atenção integral, pronto

atendimento e prioridade no atendimento e no acesso aos serviços públicos e privados, em especial nas áreas de saúde, educação e assistência social.

§ 1º A Ciptea será expedida pelos órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante requerimento, acompanhado de relatório médico, com indicação do código da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), e deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome completo, filiação, local e data de nascimento, número da carteira de identidade civil, número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), tipo sanguíneo, endereço residencial completo e número de telefone do identificado;

II - fotografia no formato 3 (três) centímetros (cm) x 4 (quatro) centímetros (cm) e assinatura ou impressão digital do identificado;

III - nome completo, documento de identificação, endereço residencial, telefone e e-mail do responsável legal ou do cuidador;

IV - identificação da unidade da Federação e do órgão expedidor e assinatura do dirigente responsável.

§ 2º Nos casos em que a pessoa com transtorno do espectro autista seja imigrante detentor de visto temporário ou de autorização de residência, residente fronteiriço ou solicitante de refúgio, deverá ser apresentada a Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), a Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou o Documento Provisório de Registro Nacional Migratório (DPRNM), com validade em todo o território nacional.

§ 3º A Ciptea terá validade de 5 (cinco) anos, devendo ser mantidos atualizados os dados cadastrais do identificado, e deverá ser revalidada com o mesmo número, de modo a permitir a

contagem das pessoas com transtorno do espectro autista em todo o território nacional.

§ 4º Até que seja implementado o disposto no caput deste artigo, os órgãos responsáveis pela execução da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista deverão trabalhar em conjunto com os respectivos responsáveis pela emissão de documentos de identificação, para que sejam incluídas as necessárias informações sobre o transtorno do espectro autista no Registro Geral (RG) ou, se estrangeiro, na Carteira de Registro Nacional Migratório (CRNM) ou na Cédula de Identidade de Estrangeiro (CIE), válidos em todo o território nacional.”

Art. 3º O caput do art. 1º da Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996 (Lei da Gratuidade dos Atos de Cidadania) , passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VII:

“Art. 1º ...

VII - o requerimento e a emissão de documento de identificação específico, ou segunda via, para pessoa com transtorno do espectro autista.”
(NR)

Art. 4º (VETADO).

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 8 de janeiro de 2020; 199º da Independência e 132º da República.

JAIR MESSIAS BOLSONARO

Marcelo Henrique Teixeira Dias

Onyx Lorenzoni

Antonio Carlos Paiva Futuro